

17.junho.2014 – 17h30

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
Dr. Augusto Baganha (Presidente) e Dr. Jorge Carvalho (Diretor do Departamento de Desporto)

Recebidos por: Grupo de Trabalho do Desporto: Deputados Paulo Cavaleiro (Coordenador), Laurentino Dias e António Cardoso (PS), Pedro Pimpão e Paula Gonçalves (PSD).

Exposição: O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Paulo Cavaleiro, agradeceu a presença na audição, sublinhando que esta iniciativa se enquadra no plano de atividades do Grupo de Trabalho, nomeadamente no que diz respeito ao acompanhamento do Programa Nacional de Desporto para Todos e do policiamento dos espetáculos desportivos.

O Sr. Presidente do IPDJ fez uma breve apresentação do Programa Nacional de Desporto para Todos, que foi anunciado pelo Governo, em 17 de maio último. Após uma contextualização, no plano nacional e internacional, referiu que se trata de um pilar fundamental para uma política de desenvolvimento desportivo e que pretende responder à necessidade de integração, num programa organizado, de um conjunto de boas práticas que têm sido desenvolvidas, com regularidade, ao longo do tempo.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) agradeceu a exposição, considerando, no entanto, que deveriam ter sido enunciadas as ações que o Governo e as organizações públicas pretendem desenvolver para fomentar, de forma substancial, o desporto, para além da prática desportiva institucional. Manifestou algumas reservas quanto ao êxito do Programa Nacional de Desporto para Todos, considerando que não foram definidos conteúdos e objetivos e que se trata de mais um programa de financiamento às federações, que irão suprir, desta forma, as suas dificuldades financeiras. Colocou algumas questões, nomeadamente sobre as circunstâncias da saída do coordenador do programa de marcha e corrida e sobre as alterações que se perspectivam e quis ainda saber em que condições e com base em que regulamentos vão ser aplicados os 600.000€ previstos para este ano, uma vez que o programa tem início em 2015. Por último, perguntou se tem informação sobre a substituição do presidente da Autoridade Antidopagem de Portugal (AdOP), Dr. Luís Horta.

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) saudou a delegação do IPDJ e referiu-se ao Programa Nacional de Desporto para Todos, salientando que se trata de um programa que coloca mais de meio milhão de euros na promoção do que de melhor se faz no desporto português, procurando combater o problema da obesidade e incentivar a prática desportiva. Afirmou que se trata de um plano estruturado, com metas, objetivos e eixos, cabendo ao Estado o seu acompanhamento e a sua dinamização. Colocou algumas questões, nomeadamente sobre o alcance do programa e sobre as sinergias e parcerias com os setores da Educação e da Saúde. Referiu-se ainda ao policiamento dos espetáculos desportivos, e em especial à Lei n.º 52/2013, que dota o IPDJ de mais competências e responsabilidades, e questionou sobre a avaliação da sua eficácia e sobre os aspetos a melhorar.

O Sr. Deputado António Cardoso (PS) saudou os representantes do IPDJ e colocou um conjunto de questões, nomeadamente sobre se o Despacho relativo ao policiamento dos espetáculos desportivos para 2013/2014 se aplica também a 2014/2015 e se o IPDJ pretende desenvolver a recomendação relativa às fontes de financiamento privado, prevista no Plano de Trabalho da União Europeia para o Desporto (2011-2014), de forma a conceder benefícios fiscais para as empresas que financiam o desporto. Fez referência a um eventual incumprimento da Lei 40/2012, que estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de

treinador de desporto, e manifestou dúvidas quanto à divulgação e ao público-alvo do Programa Nacional de Desporto para Todos.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Presidente do IPDJ esclareceu que Programa Nacional de Desporto para Todos é um programa de âmbito nacional, com um regulamento já aprovado, embora ainda não disponível, e ao qual poderão candidatar-se todas as entidades que apresentem projetos que reúnam os requisitos.

Relativamente ao programa de marcha e corrida, confirmou a saída do Dr. Paulo Colaço, cujo trabalho considerou meritório, referindo que a Federação Portuguesa de Atletismo está empenhada na prossecução deste projeto. Afirmou que o Dr. Luís Horta já cessou funções de presidente da Autoridade Antidopagem de Portugal (AdOP), sendo que o Governo indicará, em breve, o seu sucessor.

No que concerne à Lei n.º 52/2013, referiu que foram criadas regras específicas no sentido da desmaterialização dos processos que encontraram, em regra, bom acolhimento. E em relação a eventuais incumprimentos da Lei n.º 40/2012, solicitou o encaminhamento das denúncias para o IPDJ.

A Sra. Deputada Paula Gonçalves (PSD) enalteceu o trabalho desenvolvido pelo IPDJ, não apenas na vertente da competição, mas também na de lazer. Relativamente ao Programa do Desporto para Todos, afirmou que as federações trabalham com associações e outras entidades, no sentido de proporcionar atividade física para todos. Solicitou ainda uma avaliação das alterações dos contratos-programa olímpico e paralímpico.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) reiterou algumas das questões colocadas anteriormente, questionando sobre as iniciativas que estão a ser desenvolvidas pelo IPDJ no sentido da concretização do programa do Governo.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) referiu-se ao Programa Nacional de Desporto para Todos e disse esperar que permita valorizar o desporto informal e iniciativas diferenciadas e que não seja apenas mais um programa de captação de verbas para as federações. Em relação ao policiamento dos espetáculos desportivos, perguntou se está previsto um relatório das ações desenvolvidas e do número de processos.

O Sr. Presidente do IPDJ assegurou que o Programa Nacional de Desporto para Todos não vai servir para financiar a atividade das federações e que o mesmo terá êxito em 2015 e afirmou ainda que enviará o respetivo regulamento à Comissão.

Relativamente ao programa olímpico, informou que conta com 68 praticantes, distribuídos por 16 modalidades, contando com um financiamento, para 2014, na ordem dos 4.250 M€. O programa paralímpico integra 3 modalidades: 22 do atletismo, 12 do boccia e 4 da natação, podendo vir a integrar outros.

No que concerne à violência nos espetáculos desportivos, informou que vai fazer chegar à Comissão informação relativa às contraordenações e ainda um ponto de situação dos regulamentos entregues com o resultado da sua análise. Anunciou, por último, que o IPDJ assinou um programa com a Fundação do Desporto, que irá agora assumir a coordenação nacional dos Centros de Alto Rendimento.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 17 de julho de 2014

A Assessora
Cristina Tavares